



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA CAMPESINA

INTERDISCIPLINARY PRACTICES IN ENVIRONMENTAL EDUCATION FROM THE CAMPESINA PERSPECTIVE

Nairana Becker Vergutz², Anelise Maria Belinaso³, Sidinei Pithan da Silva⁴.

¹Pesquisa desenvolvida na disciplina Educação Contemporânea e Racionalidade do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Unijui.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Bolsista Capes; E-mail: nairana.vergutz@sou.unijui.edu.br

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Bolsista Capes; E-mail: anelise.belinaso@sou.unijui.edu.br

⁴ Professor do de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Unijui. E-mail: sidinei.pithan@unijui.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir acerca das aprendizagens interdisciplinares de Educação Ambiental em escolas de cunho camponês. Este processo de ensino e aprendizagem pode emergir nas vivências cotidianas no âmbito escolar, o qual busca valorizar este contato e interação entre os indivíduos e o meio ambiente. A Educação do Campo, em linhas gerais, busca garantir os direitos do povo camponês, como também parte do pressuposto que é importante reconhecer a importância de uma relação mais harmônica entre os sujeitos e o meio natural. Trata-se de um artigo, com abordagem qualitativa, amparado em uma reflexão sobre uma experiência pedagógica desenvolvida na escola, a partir de uma fundamentação nas obras de Japiassu (1976), Coimbra (2000), e Severino (2007). O enfoque sobre as práticas interdisciplinares em educação ambiental, no âmbito da educação do campo, possibilitou uma ampliação das experiências dos aprendizes. O aprendizado sobre educação ambiental, sob a ótica da interdisciplinaridade, mostrou-se capaz de ampliar formas de ensino e aprendizagem menos fragmentadas.

Palavras-chave: Educação Campesina. Fazer interdisciplinar. Aprendizagens.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the interdisciplinary learning of Environmental Education in rural schools. This teaching and learning process can emerge in everyday experiences in the school environment, which seeks to value this contact and interaction between the necessary and the environment. Rural Education, in general, seeks to guarantee the rights of the peasant people, as well as assuming that it is important to recognize the importance of a more harmful relationship between subjects and the natural environment. This is an article, with a qualitative approach, supported by a reflection on a pedagogical experience developed at school, based on the works of Japiassu (1976), Coimbra (2000), and



Severino (2007). The focus on interdisciplinary practices in environmental education, in the field of rural education, enabled an expansion of the learners' experiences. The teaching of environmental education, from the perspective of interdisciplinarity, is known to be capable of expanding less fragmented forms of teaching and learning.

Keywords: Peasant Education. Make it interdisciplinary. Learnings.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo se constituiu ao longo do tempo, como luta histórica por meio dos movimentos sociais e pelo direito à educação de qualidade para o povo camponês. O resultado esperado é que os interesses sociais da população que vive no campo, tenham uma política própria, com voz aos interesses da coletividade, observados as suas potencialidades, histórias, valores, sonhos, desejos e por que não, suas fragilidades. Assim sendo, a Educação Camponesa torna-se um campo bastante específico na sua prática, mas de impacto e interesse global que se fundamenta prioritariamente na associação com as questões da sustentabilidade e do território no qual está enraizada, não tendo como estar dissociada da Educação Ambiental.

O fazer interdisciplinar nas escolas do campo, permite uma ótica da totalidade, em que os educandos têm a oportunidade de perceber a importância de cada disciplina de forma global, percebendo assim, que o ambiente bem como os componentes escolares estão conectados, aliando à essa perspectiva práticas e vivências, o que permite entrever certo nível de complexidade. Sendo assim, trabalhar de forma interdisciplinar a educação ambiental na modalidade camponesa, possibilita situações em que os próprios educandos partem para seus aprendizados na prática. Possibilitando os mesmos a identificar de maneira interdisciplinaridade a EA como potencial transformador de uma realidade existente no processo educacional, bem como de descobertas do mundo e de si.

AS POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As reflexões e ações docentes possibilitam que este fazer pedagógico se torne interdisciplinar, visto as amplas possibilidades para tomada de decisões, os quais



compreendem diversos contextos do cotidiano escolar, e pode ser apreendido na prática de forma global e não fragmentada. E também essa interação de saberes que a Educação do Campo proporciona, acaba por gerar uma prática pedagógica cada vez mais autônoma e libertadora. Nesse sentido, Severino afirma que:

O saber aparece, portanto, como instrumento para o fazer técnico-produtivo, como mediação do poder e como ferramenta da própria criação dos símbolos, voltando-se sobre si mesmo, ou seja, é sempre um processo de intencionalização. Assim, é graças a essa intencionalização que nossa atividade técnica deixa de ser mecânica e passa a se dar em razão de uma projetividade, o trabalho ganhando sentido. Do mesmo modo, a atividade propriamente política se ideologiza, e a atividade cultural transfigura a utilidade pragmática imediata de todas as coisas. (2000, p.36)

Sendo assim, as práticas pedagógicas e os planejamentos, tornam-se necessários para esse contexto de ensino interdisciplinar em EA. A modalidade da Educação do Campo, possui sua vertente pedagógica baseada nos saberes populares, contando quase sempre com uma comunidade participativa e que compartilha seus saberes com a escola, em que o diálogo, o aprendizado e a paixão por ensinar e aprender caminha para uma educação de qualidade.

Falar em Educação Ambiental (EA) e Educação no Campo no Brasil de forma interdisciplinar, é afirmar que estes dois campos, supostamente diferentes em um momento específico, se refere não somente ao estado da arte e conversões que assumem na academia mas, é rever as mesmas pautas de luta e justiça social igual e historicamente reconhecidas no campo ambiental. Para quem vive do campo, das águas e matas, o lugar central é a sustentabilidade. Desta forma, enquanto movimento social, a educação constitui a base, sendo que nela habita os programas e as políticas da educação básica ao ensino superior.

Nesse sentido, trabalhar na perspectiva visando a educação ambiental dos discentes em instituições de cunho camponês tende a fomentar a importância do homem e meio ambiente. De acordo com Loureiro; Layrargues; Castro, (2009, p. 25), “ Educação Ambiental é uma prática dialogada com a questão ambiental”, sendo assim, as possibilidades são múltiplas em aprender no contexto camponês questões que dizem respeito à própria realidade vivenciada pelos educandos. Em que a relação entre o povo camponês e o meio ambiente é



indispensável, os quais dependem do meio ambiente para manter desenvolvimento social, econômico e de sobrevivência.

De acordo com Coimbra (2000, p. 56), “por virtude da etimologia, a palavra traduz esse vínculo não apenas *entre* saberes, mas, principalmente, de um saber *com* outro saber, ou dos saberes entre si, numa sorte de complementaridade, de cumplicidade solidária, em função da realidade estudada e conhecida”. Partindo desse pressuposto, a interdisciplinaridade firmada das ações pedagógicas na realidade campesina, possibilitam desenvolver nas práticas o aprimoramento de resultados das aprendizagens cada vez mais eficientes.

A pretensão interdisciplinar em relação a EA na perspectiva campesina, é a de buscar a superação da fragmentação no processo de ensino aprendizagem. De acordo com Fazenda (2008, p. 21), “se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada”. Nesse sentido, entender o “porquê” de utilizar essa didática é buscar a compreensão desses aspectos, buscando tornar possível a interlocução das disciplinas com a EA e com os contextos em que vivem os educandos.

Ao que se refere à ideia de unificação de saberes e disciplinas, Morin (2000), afirma a necessidade de pensar e repensar as premissas para uma educação significativa, em que se torna indispensável reavaliar o todo e as suas partes, pois:

A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, do de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. (2000, p. 36)

Desta forma, ao buscar compreender as realidades dos povos camponeses e o sentido de educar no contexto da Educação do Campo sobre EA, o docente estará proporcionando a eles a capacidade de modificar e atuar na sociedade. Esse fazer pedagógico, que busca levar em consonância o desejo para que o conhecimento seja útil e pertinente à realidade, deverá partir das características acima como cita Morin (2000).



Este campo de movimento ancorado na perspectiva campesina oportuniza o processo de formação dos sujeitos, que leva em consideração os aspectos histórico e cultural de âmbito social, da diversificação da cultura, produção de alimentos saudáveis, novas formas de interações entre pessoas e ambiente, entre outras. Disseminar esse processo é função, primeiramente, da educação que, além de garantir os conhecimentos e interações fundamentais, também sensibiliza todos os envolvidos no contexto educacional, qualificando cada vez mais o modo de vida campesino e a produção de aprendizagens significativas de forma interdisciplinar.

A modalidade da Educação do Campo busca garantir os direitos do povo camponês bem como de agregar qualidade a um ensino voltado às particularidades do meio rural e do campo, possibilitando que os sujeitos se tornem ativos e protagonistas de sua realidade aprendendo na prática questões que fazem parte do seu cotidiano, baseada na construção coletiva, esta que, por sua vez, embasa a educação popular do campo. As propostas para a interdisciplinaridade no contexto escolar camponês, visa garantir que sujeitos participantes possam exercer o protagonismo autônomo, construindo e reconstruindo coletivamente as aprendizagens. Assim, como afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais, a interdisciplinaridade:

[...] deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão e intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade, mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (MEC, 2002, p. 88 e 89)

Ao utilizarmos a natureza como meio de aprendizagem, mediação, compartilhamentos de experiências, pesquisa e desenvolvimento, estamos desenvolvendo uma prática alternativa e dinâmica, que busca romper com a supremacia do pragmático, atrelado em uma práxis educativa de um processo contínuo e cooperativo interdisciplinar e prático. Nessa práxis, o gramado da escola vem a tornar-se um espaço rico de diálogo entre disciplinas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999, p.22) apontam: “Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais



contemporâneos”, envolvendo uma conexão de saberes, possibilitando a construção de conhecimento a partir das experiências e vivências.

A formação social escolar acerca da problemática ambiental só existe em sua concretude quando vista como essencial. Nesse sentido, a educação ambiental permite o desenvolvimento e envolvimento dos educandos em outros contextos sociais, visando o mundo externo e sua relação. O ensino e aprendizagem escolar baseada na modalidade campesina, trata da educação ambiental como ação transformadora, a qual valoriza os conhecimentos historicamente acumulados e a relação do homem com a natureza. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental em sua Lei 9.795 art. 1º, afirma que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda à Lei 9.795 (PNEA, 1999).

Em consonância com o artigo 1º da Lei 9.795 citado acima, compreende-se as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente como ação coletiva. Portanto, despertar a prática pedagógica interdisciplinar acerca da temática da EA possibilita uma visão global bem como aumenta a responsabilidade dos mesmos sobre suas ações.

A EA com suas diversas possibilidades, acaba sendo a dimensão educativa que traduz em um conjunto de práticas locais e situadas, circulantes em contextos rurais do Brasil desde o cotidiano da vida das comunidades até as práticas realizadas nas escolas. Tanto a EA como a Educação do Campo, tem sua origem em diferentes contextos históricos, a partir da organização dos movimentos sociais, com o objetivo de contestar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista e o modo predatório da ação humana sobre os ambientes. Ou seja, são facetas da mesma luta social. Apesar de serem silenciados em relação às políticas públicas, é possível afirmar que foram elas que deram visibilidade tanto social quanto política aos campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo, que, organizados politicamente, reivindicam a incorporação de suas necessidades e demandas à agenda governamental.



A multiplicidade, mesmo que não vislumbrada nas áreas do conhecimento, é real, mas é na EA que as disciplinas encontram a comunicação interativa, pois além de ser pertencente ao contexto escolar é também social, histórica e cultural. Sabemos que o ensino emancipatório é contínuo e ocorre de forma espiral, o que difere de uma educação fragmentada. Buscamos a soberania de nossos discentes baseada nas realidades de cada um, como também suas singularidades, ensinando-os numa perspectiva prática os aspectos educacionais, instigando-os a assumir o pensar, questionar e construir os conhecimentos em uma relação coletiva e dinâmica. Acreditamos que a educação não possui fórmula e é uma constante construção. Nesse sentido, refletir é a organização das próprias ações, as já desempenhadas ou a desempenhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar dentro do âmbito escolar práticas interdisciplinares que vão ao encontro da consonância das disciplinas, das relações entre o universo da ciência, e dando ênfase nas vivências cotidianas estaremos enfatizando os conhecimentos locais e historicamente acumulados em diferentes momentos pedagógicos, tornando indispensável levar em consideração suas produções culturais e os conhecimentos já produzidos desses povos.

As práticas pedagógicas nas Escolas do Campo são os maiores exemplos de êxito do desenvolvimento da educação ambiental, tanto pelo contexto, como também pelas ações pedagógicas interdisciplinares que visam uma didática pautada na conscientização dos educandos, estas sendo revestidas pelo conhecimento científico e cultural, expressando em seu fazer pedagógico valores éticos, estéticos, políticos e emancipatórios.

Nesse sentido, o professor carece pesquisar e adotar metodologias práticas que busquem a interlocução entre as áreas da Educação Ambiental e as demais disciplinas no contexto camponês. Pois, assim estará possibilitando um movimento prático de produção educativa entre o saber e fazer, os quais encontram-se conectados entre as disciplinas e podem ser postos em prática de forma a englobar, e não fragmentar. Partido do pressuposto, o resultado desse dinamismo resulta em significâncias e aprendizagens entre o saber camponês e o saber científico.



Destacamos ainda, que as instituições escolares são espaços onde se lançam as sementes para as mudanças almeçadas. E englobar a Educação Ambiental nas mais diversas áreas do conhecimento do contexto camponês tende a indicar um processo efetivo na tarefa educativa, sendo necessário que essa tomada de consciência seja elaborada e trabalhada cotidianamente nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CNE/CEB nº 2/2012**. _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>. Acesso em 08 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Considerações sobre a Interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus, 2000, p. 52-70.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philipe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, Edgar. **O pensamento complexo: um pensamento que pensa**. In: Morin, Edgar; MOIGNE, Jena-Louis Le. *A inteligência da complexidade*. São Paulo, 2000. Ed. Petrópolis.

PNEA–**Política Nacional de Educação Ambiental** (1999). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acessado em: 08 de agosto de 2021